

A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMARP EM SANTA CATARINA-BRASIL

THE DYNAMICS OF SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT OF MUNICIPALITIES IN THE AMARP REGION IN SANTA CATARINA-BRAZIL

Vilmar Nogueira Duarte

Doutor em Desenvolvimento Regional e Agonegócio. Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: vilmareconomics@gmail.com

Francis Régis Gonçalves Mendes Barbosa

Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: francis_barbosa@hotmail.com

GT07: Desenvolvimento rural, territorial e regional.

Resumo

Este artigo analisou a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios integrantes da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP - SC entre os anos de 2005 e 2016. Para a análise dos municípios adotou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e como parâmetro metodológico o "Informe sobre Desarrollo Humano" publicado no México em 2002, o qual classifica os municípios em: a) tendendo ao crescimento; b) tendendo ao desenvolvimento; c) círculo vicioso; e d) círculo virtuoso. A análise foi realizada em duas etapas. A primeira mostra a dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM dos municípios de abrangência da AMARP. A segunda utiliza duas abordagens analíticas: a intrarregional, que compara o IFDM de cada município da AMARP com a média própria da região; e a inter-regional, que compara o IFDM de cada município da região com a média do estado catarinense como um todo. Os resultados mostram uma melhor condição de desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região quando comparados com a média da própria região, ao contrário de quando comparados com a média estadual, em que as desigualdades municipais são mais evidentes, com um elevado número de municípios na condição de subdesenvolvimento.

Palavras-chave: IFDM. Disparidades Municipais. Associação de Municípios. Santa Catarina.

Abstract

This article analyzed the dynamics of the socioeconomic development of the municipalities that are part of the Association of Municipalities of Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP - SC between the years 2005 and 2016. For the analysis of the municipalities, the Firjan Index of Municipal Development (IFDM) was adopted and as a methodological parameter the "Informe sobre Desarrollo Humano" published in Mexico in 2002, which classifies municipalities in: a) tending to growth; b) tending to development; c) vicious circle; and d) virtuous circle. The analysis was carried out in two stages. The first shows the dynamics of population, formal employment and IFDM in the municipalities covered by AMARP. The second uses two analytical approaches: the intraregional one, which compares the IFDM of each municipality in the AMARP with the average for the region; and the interregional one, which compares the IFDM of each municipality in the region with the average for the state of Santa Catarina as a whole. The results show a better condition of socioeconomic development of the municipalities in the region when compared with the average of the region itself, as opposed to when compared with the state average, where municipal inequalities are more evident, with a high number of municipalities in the status of underdevelopment.

Keywords: IFDM. Municipal Disparities. Association of Municipalities. Santa Catarina.

1. Introdução

Para alguns teóricos, o desenvolvimento econômico é o principal objetivo da teoria econômica. Nesse sentido, a teoria do desenvolvimento busca explicar como as nações e as regiões promovem o bem-estar social, destacando o desenvolvimento como decorrente de um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade, levando a um crescimento sustentado da renda e dos padrões de vida da população (RAIHER, 2013). Autores clássicos como Nurkse (1957), Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) foram alguns dos precursores de estudos que visaram explicar a dinâmica do crescimento e do desenvolvimento econômico em nações e regiões.

Estes autores constataram que algumas regiões crescem e se desenvolvem e se transformam em polos de concentração produtiva e de crescimento econômico, onde as atividades se organizam e se consolidam, elevando a região a um novo patamar de crescimento e de desenvolvimento. Por outro lado, existem regiões que permanecem estagnadas ou até mesmo entram em declínio, por não conseguirem reter os fatores de produção que possuem: como é o caso do capital, que migra para outras regiões em busca de melhor rentabilidade, e da mão de obra, principalmente a mais qualificada, que migra em busca de salários mais elevados e de um melhor padrão de vida.

Em Santa Catarina, estudos realizados por Raiher (2013), Rodolfo (2016) e Corrêa e Duarte (2022) constataram a existência de elevadas desigualdades regionais no estado em termos de desenvolvimento socioeconômico, com o Oeste Catarinense e a região litorânea apresentando o maior número de municípios desenvolvidos. Já os municípios na condição de subdesenvolvimento aparecem concentrados na parte central do estado, distribuídos principalmente na região Serrana e parte Oeste da região Norte.

A identificação de tais desigualdades foi que motivou a realização deste estudo, a partir do emprego de duas abordagens analíticas (intrarregional e inter-regional), como forma de melhor entender as condições de desenvolvimento dos municípios de uma região específica do estado: a região da AMARP. Sendo assim, a problemática de pesquisa instaura-se a partir do seguinte questionamento: a condição de desenvolvimento dos municípios da região da AMARP - SC melhorou no período de 2005 a 2016?

Para responder a este questionamento, o objetivo deste estudo foi analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios de abrangência da AMARP - SC de 2005 a 2016, mensurada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A análise foi realizada em duas etapas. A primeira apresenta a dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM dos municípios da AMARP. Já a segunda utiliza duas abordagens analíticas: uma intrarregional, em que o IFDM dos municípios da região é comparado com a média regional do IFDM; e outra inter-regional, em que o IFDM dos municípios é comparado com a média estadual do IFDM.

Tal diagnóstico é importante por permitir o entendimento da realidade de cada município quando comparada com a realidade da própria região, e também quando comparada com a realidade do estado como um todo, oportunizando, assim, a adoção de políticas públicas de desenvolvimento mais condizentes com as potencialidades e especificidades de cada município. Tais ações são importantes por causar efeitos propulsores nos municípios com maior fragilidade econômica, elevando seus perfis de desenvolvimento e reduzindo as desigualdades intra e inter-regionais.

O artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdutória, o tópico seguinte apresenta as abordagens teóricas do desenvolvimento econômico que dão embasamento à pesquisa. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos utilizados, onde são

destacados o recorte territorial e a metodologia. A quarta seção apresenta os resultados e as discussões. Por fim, na quinta seção são feitas as considerações conclusivas.

2. Abordagens teóricas do desenvolvimento

Há um consenso na literatura de que o crescimento tende a promover severas desigualdades econômicas em um país ou região, fazendo com que alguns espaços cresçam e se desenvolvam mais rapidamente do que outros, aprofundando-se assim as desigualdades regionais. A abordagem de Myrdal (1957) utilizou o conceito de “Princípio de Causação Circular Cumulativa” para explicar a maneira como esse processo se torna circular e cumulativo, tornando algumas regiões desenvolvidas e outras não. Para o autor, se esse processo cumulativo, alimentado pela causação circular, não fosse controlado promoveria desigualdades regionais crescentes, consolidando uma situação de prosperidade em algumas regiões e de pobreza em outras.

A ideia centra da teoria de Myrdal é que o problema do desenvolvimento dos países e/ou regiões está em seus efeitos propulsores, os quais podem diminuir ou ampliar as desigualdades regionais. Tais efeitos podem ser positivos, ao promover um aumento dos investimentos na região tornando-a um polo de desenvolvimento, ou negativos por gerar recessão e acentuar o problema do subdesenvolvimento em determinados espaços. Isso ocorre porque o próprio processo de desenvolvimento cria economias externas favoráveis à sua continuidade, com a expansão de uma região gerando efeitos regressivos em outras (DUARTE, 2015; MEDEIROS; DEPONTI; KIST, 2017).

Na visão de Nurkse (1957), a insuficiência de mercado interno se apresenta como o principal obstáculo para o desenvolvimento de um país ou região. Para o autor, como os países pobres são caracterizados por uma população de baixo poder aquisitivo, tem-se uma produção de bens e serviços restringida ao tamanho desse mercado e à falta de incentivo para investimentos, gerando e consolidando um círculo vicioso do subdesenvolvimento, segundo o qual “um país é pobre porque é pobre”. Para Nurkse, a solução para a acumulação de capital desses países ou regiões estaria na “estratégia de crescimento equilibrado”, onde haveria uma onda de investimentos planejados e simultâneos em diferentes indústrias, o que permitiria uma ampliação geral do mercado (RAIHER, 2013; DUARTE, 2022).

Para Nurkse (1957), essa estratégia estimularia o incremento de produtividade e a inversão de capital, expandindo também o comércio externo das regiões economicamente atrasadas. Nurkse entendia que a formação de capital só seria possível com medidas que priorizassem a poupança doméstica, impostas por políticas fiscais e monetárias e por restrições às importações de bens de consumo. Aqui o autor assume explicitamente que a poupança precede o investimento e que a oferta de capital em um país ou região, assim como a propensão a investir, são determinados pela propensão a poupar. No caso das nações subdesenvolvidas, Nurkse defendia uma atuação ativa do Estado tanto na condução dos planos de investimentos quanto na elaboração de políticas públicas para alavancar o crescimento (CARDOSO, 2012; DUARTE, 2022).

Nessa mesma linha a teoria de Hirschman (1958) preconiza que os investimentos devem ser efetuados em setores selecionados com ampla possibilidade de desencadear um processo propulsor do crescimento do emprego e da renda regional. Essa teoria gira em torno dos efeitos de encadeamentos para trás e para frente, capazes de consolidar as cadeias produtivas setoriais, por poder romper com o estágio de atraso econômico das economias subdesenvolvidas. A vantagem dessa abordagem é que ela abre espaço para a ação do investimento induzido, facilitando a administração dos recursos escassos e norteando as intervenções do Estado quando necessário (DUARTE, 2022).

Essa intervenção estatal deve ocorrer em situações de problemas de oferta no curso desigual do progresso dos setores, principalmente nas áreas em que normalmente o setor privado não atua (como infraestrutura, energia, etc.). Nesse caso, o Estado deve incentivar a expansão e o desenvolvimento de setores-chave da economia, priorizando aqueles setores cujos efeitos de encadeamentos são mais significativos para as economias regionais. Assim como Myrdal, Hirschman (1958) também concorda que o crescimento não ocorre de forma uniforme em todas as regiões e constrói sua teoria com base nos desequilíbrios de mercado, os quais são inerentes às economias constituindo-se, por si só, em poderosas engrenagens propulsoras do crescimento econômico. Para o autor, os efeitos de encadeamento de produção refletem diretamente sobre o desempenho econômico da cadeia produtiva como um todo.

A teoria dos polos de crescimento também foi importante para explicar a dinâmica do processo de crescimento e de desenvolvimento econômico das regiões (PERROUX; 1955). Nessa abordagem o autor parte do pressuposto de que o crescimento econômico não surge espontaneamente e ao mesmo tempo em todos os lugares, mas sim em pontos específicos ou polos de crescimento. O surgimento dos polos é resultado do próprio processo de desenvolvimento capitalista, que movidos por intensos ciclos de investimentos em situações de crescimento econômico acelerado, faz com que as desigualdades regionais aumentem ao longo do tempo (DUARTE, 2022).

Para Alves de Jesus e Spínola (2015), Perroux deixou esse conceito mais esclarecido a partir de 1961, quando descreve um polo de crescimento como sendo um conjunto de unidades motrizes que geram efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos no espaço econômico e geográfico, aumentando a renda regional em decorrência da concentração de novas atividades produtivas na sua área de abrangência. Para Boudeville (1969), a noção de polo se traduz em um conjunto de indústrias em construção e expansão em uma área urbana, com a propriedade de induzir o desenvolvimento de outras atividades econômicas na área onde atua. O termo “conjunto de indústrias” aqui utilizado pelo autor explicita a ideia de complementariedade entre elas.

Porém, é importante ressaltar que o desenvolvimento contempla elementos que vão além do aumento da produção e de melhoria na distribuição de renda, pois é preciso assegurar também que a população tenha acesso a serviços públicos de qualidade, com constantes melhorias no bem estar social. Neste caso, é preciso a intervenção do Estado por meio de políticas públicas específicas e eficazes para tal fim, uma vez que não é papel da iniciativa privada oferecer serviços dessa natureza (RAIHER; FERRERA DE LIMA, 2014; FERRERA DE LIMA, 2019; CORRÊA; DUARTE, 2022).

Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado na década de 1990 pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) passou a ser o indicador de monitoramento do bem-estar social e da equidade para o desenvolvimento. Trata-se de um indicador que coloca o indivíduo no centro da análise do bem-estar social, considerando saúde, renda e educação como pilares para o desenvolvimento humano. Mesmo não captando todas as complexidades que envolvem o bem-estar humano, o IDH passou a ser o balizador tanto para implementação de políticas públicas quanto para a construção de outros indicadores de medição do bem-estar social, como é o caso do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que adota metodologia semelhante a do IDH.

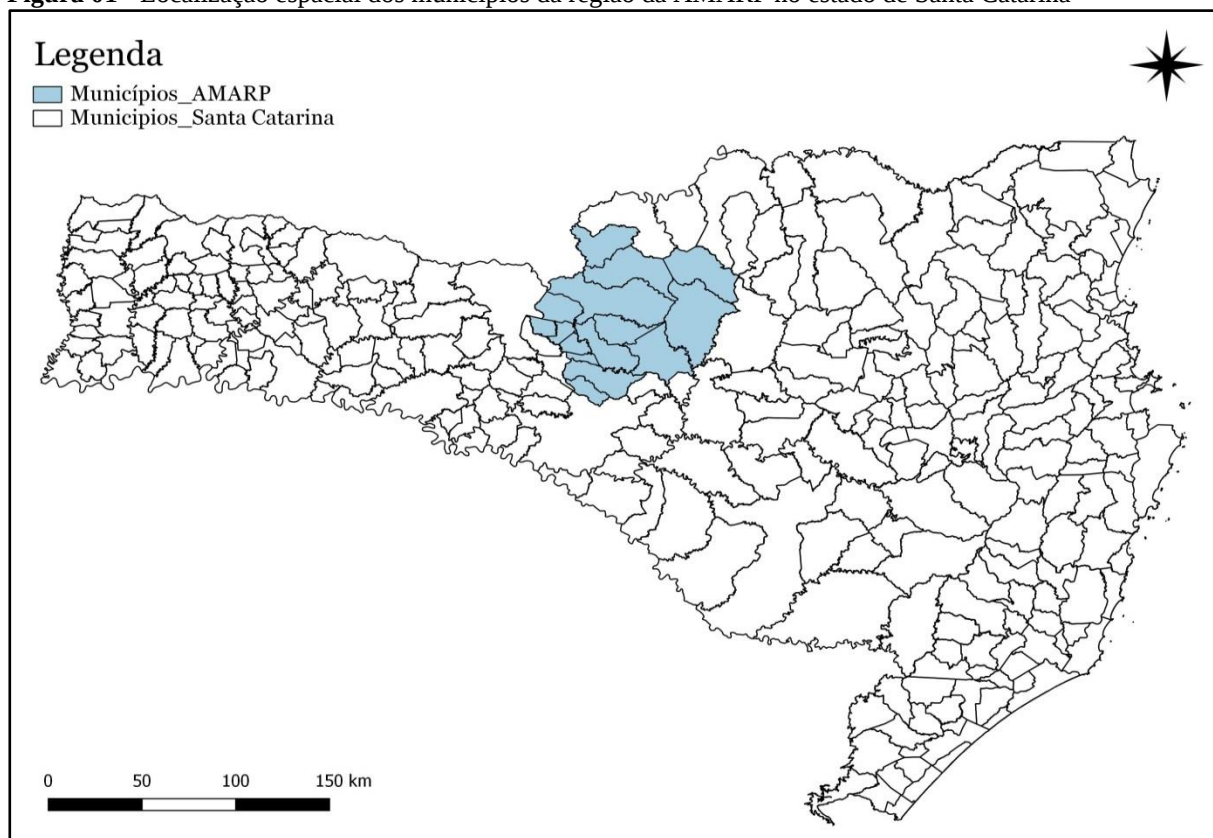
3. Recorte geográfico e metodologia

Fundada em 18 de outubro de 1968, a partir do desmembramento da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, região de Joaçaba, a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP é uma das 21 associações de municípios

do estado de Santa Catarina, criadas para promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando promover o desenvolvimento integrado de cada região, observando as aptidões e potencialidades regionais e locais (MARQUES; DIAS, 2003).

Constituída inicialmente por 10 municípios, a AMARP vivenciou momentos de saídas e entradas de novos municípios durante o período de sua consolidação. Atualmente, integram a região da AMARP os seguintes municípios: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, conforme destacados na Figura 01, os quais ocupam uma área geográfica de 6.011,5 km² (IBGE, 2023a).

Figura 01 - Localização espacial dos municípios da região da AMARP no estado de Santa Catarina



Fonte: Portal de mapas do IBGE (2023).

Trata-se de municípios com elevada heterogeneidade em termos de população, área territorial, composição setorial e desenvolvimento socioeconômico, com Caçador, Videira e Fraiburgo exercendo certa centralidade regional sobre os demais, por se tratar de economias mais robustas e ofertarem produtos e serviços mais diversificados que os demais municípios da região. Caçador é o município com maior extensão territorial e Pinheiro Preto o menor, com 983,4 km² e 61,01 km², respectivamente (IBGE, 2023a). Pinheiro Preto foi o município com o maior PIB *per capita* da região em 2020 (R\$63.870,82), e Matos Costa o menor (R\$20.807,65) (IBGE, 2023b).

Para analisar a dinâmica socioeconômica dos municípios da região da AMARP entre 2005 e 2016, utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o qual utiliza dados disponibilizados anualmente em fontes oficiais que abrange as dimensões: Saúde, Educação e Emprego & Renda. Esse indicador classifica o nível de desenvolvimento dos municípios da seguinte forma: Alto Desenvolvimento (0,800-1,000); Desenvolvimento

Moderado (0,600-0,799); Desenvolvimento Regular (0,400-0,599); e Baixo Desenvolvimento (inferior a 0,400).

Inicialmente, o trabalho apresenta a dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM dos municípios da região da AMARP. Na sequência, adotou-se como parâmetro o “Informe sobre Desarrollo Humano”, publicado no México em 2002 (UNDP, 2002) - que classificou os estados mexicanos conforme seus perfis de desenvolvimento (Quadro 01) -, para mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios estudados, a partir de dados do IFDM das dimensões Saúde, Educação e Emprego & Renda.

Quadro 01 - Classificação dos municípios de acordo com seus perfis de desenvolvimento socioeconômico

Classificação	Situação do município
Tendendo ao crescimento	IFDM-Emprego & Renda > que a média
Tendendo ao desenvolvimento	IFDM-Saúde e/ou IFDM-Educação > que a média
Círculo vicioso (Subdesenvolvimento)	IFDM-Emprego & Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação < que a média
Círculo virtuoso (Desenvolvido)	IFDM-Emprego & Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação > que a média

Fonte: Raiher e Ferrera de Lima (2014); Corrêa, Bidarra e Piffer (2019); Corrêa e Duarte (2022) adaptado do Informe sobre Desarrollo Humano (2002) e IFDM (2023).

Nessa segunda parte da análise foram feitas duas comparações: uma intrarregional, em que o IFDM de cada município é comparado com a Média Ponderada (MP) da população de todos os municípios da região, e uma inter-regional, em que o IFDM de cada município é comparado com a Média Ponderada (MP) da população de todos os municípios do estado. A Média Ponderada (MP) foi calculada da seguinte forma:

$$MP = \frac{\sum IFDM_j \times POP_j}{POP_i} \quad (1)$$

Em que: $IFDM_j$ = Valor do Índice Firjan do Município j ; POP_j = População do Município j ; POP_i = População total da unidade de referência i . Os dados do IFDM foram extraídos da base de dados do Sistema Firjan, referentes aos anos de 2005 e 2016. Dentre os autores que analisaram o desenvolvimento socioeconômico dos municípios classificando-os segundo seus perfis de desenvolvimento estão: Raiher e Ferrera de Lima (2014), Corrêa Bidarra e Piffer (2019), Corrêa e Duarte (2022), entre outros.

4. Resultados e discussões

Esta seção apresenta os resultados do estudo, subdividida em duas subseções: uma que mostra a dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM geral dos municípios da região da AMARP no período 2005-2016, e outra que mostra a dinâmica socioeconômica dos municípios da região pela ótica das abordagens intra e inter-regional.

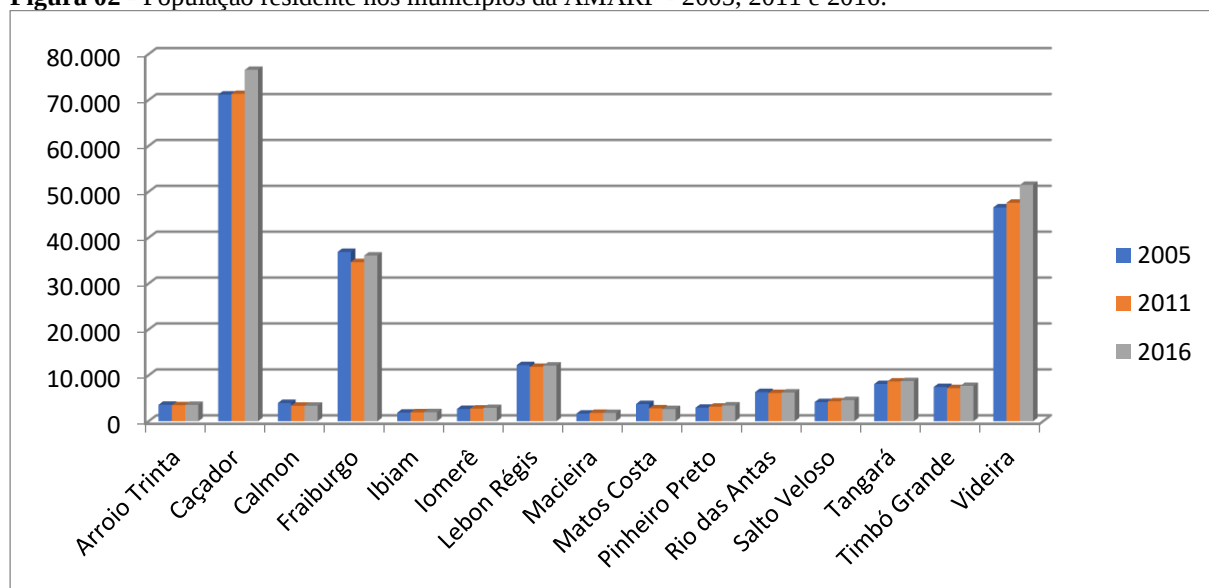
4.1 A dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM dos municípios da região da AMARP

A Figura 02 mostra que a população da região da AMARP está concentrada principalmente em três municípios: Caçador, Videira e Fraiburgo, os quais concentram aproximadamente 73% da população da região. Caçador é o município mais populoso, com 76.571 habitantes em 2016, e Macieira o menor, com 1.807 residentes (IBGE, 2016). Pela

Figura, percebe-se que 11 municípios, ou seja, 73,3% do total detêm população inferior a 10.000 habitantes, com 45,3% vivendo na área rural. Apenas os municípios de Caçador e Videira apresentam taxa de urbanização acima de 90% (IBGE, 2010).

Essa dinâmica populacional dos municípios da região da AMARP está relacionada ao dinamismo de suas economias, com aqueles municípios com maior diversificação produtiva e maior presença de ramos produtivos vinculados à indústria de transformação difundindo outras atividades econômicas em seus territórios. É importante lembrar, entretanto, que quanto mais urbanizado for o município, maior tende a ser o dinamismo dos setores secundário e terciário de sua economia, fazendo com que o mesmo gere mais emprego e mais renda e, por isso, passe a atrair e reter mais população. Enquadram-se nesse perfil os municípios de Caçador, Videira e Fraiburgo.

Figura 02 - População residente nos municípios da AMARP - 2005, 2011 e 2016.



Fonte: IBGE (2005; 2011 e 2016).

Por outro lado, aqueles municípios com características mais rurais e muito dependentes do setor primário, tem tido dificuldades para reter seus excedentes econômicos e, por conseguinte, perdem população. Esse foi o caso dos municípios de Calmon e Matos Costa, que tiveram suas populações reduzidas em 14,7% e 29,1%, respectivamente, de 2005 a 2016 (IBGE, 2005/2016). A falta de investimento em setores produtivos de maior dinamismo econômico tem limitado a oferta de emprego nesses municípios, dificultando a retenção dos poucos fatores de produção que detêm.

A Tabela 01 mostra a evolução dos empregos formais gerados pelos grandes setores de atividade econômica na região da AMARP de 2005 a 2016. Pela Tabela, percebe-se que o setor industrial e o de serviços são os grandes empregadores da região, responsáveis por 66,7% das alocações em 2005 e 70,2% em 2016. Caçador e Videira são os municípios com o maior número de pessoas ocupadas no setor industrial da região, os quais foram responsáveis por 76,9% dos empregos do setor em 2005 e 71,1% em 2016. Em relação ao setor de serviços, os referidos municípios foram responsáveis por 64% das ocupações em 2005 e 72,7% em 2016, conforme Apêndice 01.

A construção civil é o setor que menos emprega na região. Em 2005 esse setor respondeu por apenas 2,1% dos empregos da região, e em 2016 2,2%. Videira é o município com o maior número de empregos no setor, sendo responsável por 57,5% das alocações em 2016. A

agropecuária foi o setor que mais reduziu empregos no período, porém, com alguns municípios como Calmon, Fraiburgo e Lebon Régis, sustentando elevado número de empregos no meio rural (Apêndice 01). Aqui cabe uma observação: a de que a segundo Duarte (2022) agropecuária é caracterizada por elevada informalidade nas ocupações, significando que a força de trabalho do setor na região pode ser bem superior ao captado pela RAIS.

Tabela 01 - Emprego formal por grandes setores da economia da região da AMARP - 2005, 2008, 2012 e 2016.

Grandes Setores	2005	2008	2012	2016
Indústria	21.934	18.216	22.608	23.250
Construção Civil	1.164	1.734	2.035	1.440
Comércio	8.210	9.355	10.962	10.478
Serviços	14.218	18.928	20.017	21.299
Agropecuária	8.607	9.154	7.443	6.952
Total	54.133	57.387	63.065	63.419

Fonte: RAIS (2023).

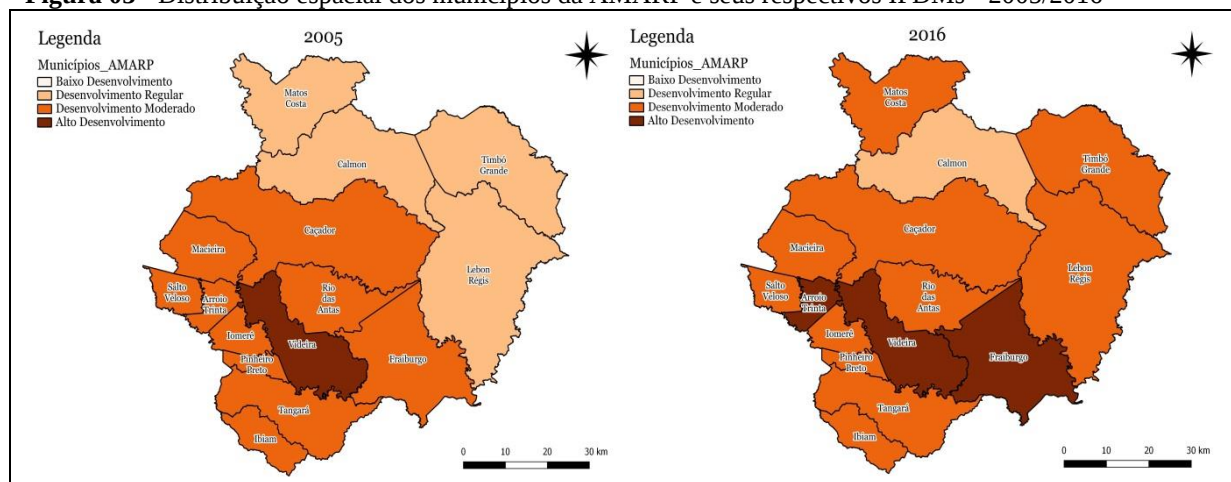
Essa concentração espacial dos setores produtivos está diretamente relacionada às mudanças estruturais ocorridas nos municípios, especialmente naqueles com economias mais avançadas, que por apresentarem contextos econômicos, políticos, sociais, culturais e de infraestrutura mais favoráveis, atraem investimentos em diversos ramos produtivos, com os setores secundário e terciário se expandindo rapidamente nesses locais (ALVES, 2022; DUARTE, 2022). Como resultado, tem-se a manutenção da estagnação dos municípios com maior fragilidade econômica, que pela incapacidade de oferecer bens e serviços mais diversificados, acabam se consolidando como meras periferias regionais, exportadoras de bens primários e agrícolas (RIPPEL, 2022).

Para Alves (2022), aspectos como de produção, de consumo, de circulação e institucionais, juntamente com as estruturas produtivas já consolidadas localmente dão origem a uma nova forma de organização produtiva. Tais mudanças podem ocorrer nos grandes setores econômicos (primário, secundário e terciário) ou intrasetorialmente (entre os subsectores/ramos de atividades que formam os grandes setores). Essas transformações estruturais podem ser sentidas pelo comportamento do mercado de trabalho regional e/ou municipal. O Apêndice 01 mostra os empregos gerados por cada grande setor de atividade econômica dos municípios da região da AMARP de 2005 a 2016.

Quanto à análise do IFDM dos municípios da região de abrangência da AMARP, percebe-se que no geral a situação da região melhorou de 2005 a 2016, com redução do número de municípios na condição de desenvolvimento regular e aumento dos integrantes na condição de desenvolvimento moderado. Também houve aumento dos municípios na condição de alto desenvolvimento, passando de um município em 2005, para três em 2016. Já na condição de baixo desenvolvimento a região não apresentou nenhum município em 2005 e nem em 2016, como mostra a Figura 03.

Pela Figura, percebe-se haver proximidade dos municípios com IFDM elevado (alto desenvolvimento - Videira, Fraiburgo e Arroio Trinta) em 2016, indicando, possivelmente, uma difusão do desenvolvimento por contiguidade ao longo do tempo. O fato do município de Videira sediar uma grande unidade industrial frigorífica da BRF S/A, que por meio de encadeamentos produtivos para frente com setores correlatos ao da produção, e para trás com os criadores de aves e suínos e fornecedores de insumos, gera os efeitos propulsores que ampliam o raio de desenvolvimento regional (HIRSCHMAN, 1958). Nesse caso, as áreas próximas ao município de Videira também são impulsionadas ao desenvolvimento por meio de um efeito de contiguidade (RAIHER, 2013).

Figura 03 - Distribuição espacial dos municípios da AMARP e seus respectivos IFDMs - 2005/2016



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Vale lembrar, entretanto, que neste caso cada município é comparado com ele mesmo no período 2005-2016, sem, no entanto, ser comparado com os demais municípios da região ou do estado. Assim, diferentemente da análise pela ótica das abordagens intra e inter-regional, em que o nível de desenvolvimento dos municípios, medido pelo IFDM, é comparado com as médias regional e estadual, aqui é possível analisar apenas a evolução absoluta dos IFDMs municipais, sem avaliar qual dimensão (Emprego & Renda, Saúde e/ou Educação) foi mais ou menos impactada no período.

4.2 A dinâmica socioeconômica dos municípios da região da AMARP pela ótica das abordagens intra e inter-regional

Pela Tabela 02, é possível perceber a evolução do desenvolvimento dos municípios da região da AMARP pela ótica da abordagem intrarregional, ou seja, quando o IFDM municipal é comparado com a média regional do IFDM. Em 2005, oito municípios apareciam na condição de *tendendo ao desenvolvimento* (que é quando o IFDM Saúde e/ou Educação do município é maior que a média regional), correspondendo a 53% do total de municípios da região. Em 2016 foram nove, ou seja, 60%. Na condição de *círculo vicioso* (que é quando os IFDMs Emprego & Renda, Saúde e Educação do município são menor que a média regional) foram cinco municípios em 2005 e três em 2016, correspondendo a 33,3% e 20% do total, respectivamente.

Na condição de *círculo virtuoso* (que é quando os IFDMs Emprego & Renda, Saúde e Educação são maior que a média regional) aparecem apenas dois municípios em 2005: Pinheiro Preto e Videira, com as dimensões Emprego & Renda e Saúde apresentando os IFDMs mais significativos. Em 2016, novamente aparece Videira juntamente com o município de Fraiburgo. Porém, com as dimensões Saúde e Educação apresentando os IFDMs mais elevados. Já na condição de *tendendo ao crescimento* (que é quando apenas o IFDM Emprego & Renda é maior que a média regional), em 2005 não teve representantes nessa condição e em 2016 aparece apenas o município de Caçador (Figura 04).

Já pela ótica da abordagem inter-regional, ou seja, quando o IFDM dos municípios da região da AMARP é comparado com a média estadual do IFDM, percebe-se que em 2005 cinco municípios apareciam na condição de *tendendo ao desenvolvimento* (que é quando o IFDM Saúde e/ou Educação é maior que a média estadual), o que corresponde a 33,3% dos municípios da região. Em 2016 foram sete, ou seja, 46,6%. Na condição de *círculo vicioso* (que é quando

os IFDMs Emprego & Renda, Saúde e Educação são menor que a média estadual) foram oito municípios em 2005 e seis em 2016, correspondendo a 53,3% e 40%, respectivamente.

Tabela 02 - Número de municípios da AMARP por condição de desenvolvimento socioeconômico - 2005 e 2016

Condição/abordagem	Abordagem Intrarregional		Abordagem Inter-regional	
	2005	2016	2005	2016
Círculo Virtuoso	02	02	01	00
Tendendo ao desen.	08	09	05	07
Tendendo ao cresc.	00	01	01	02
Círculo vicioso	05	03	08	06

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2023).

Na condição de *círculo virtuoso* (que é quando as três dimensões do IFDM são maior que a média estadual) apenas o município de Videira esteve nessa condição em 2005. Em 2016 a região não teve representantes nessa condição. Já na condição de *Tendendo ao Crescimento* (que é quando apenas o IFDM Emprego & Renda é maior que a média estadual), em 2005 apenas o município de Caçador aparecia nessa condição, enquanto que em 2016, além de Caçador, aparece também o município de Pinheiro Preto, como mostra a Figura 05.

A Figura 04 mostra a distribuição espacial dos municípios da AMARP por condição de desenvolvimento, quando analisados pela ótica da abordagem intrarregional. Pela Figura, percebe-se que houve uma considerável melhora dos níveis gerais de desenvolvimento dos municípios nos período 2005-2016, principalmente no que se refere às condições de *tendendo ao desenvolvimento* e *círculo vicioso*. Calmon, Lebon Régis e Timbó Grande foram os únicos municípios a permanecer na condição de *círculo vicioso* tanto em 2005 quanto em 2016, indicando haver nesses municípios o que Nurkse (1957) denominou de círculo vicioso do subdesenvolvimento.

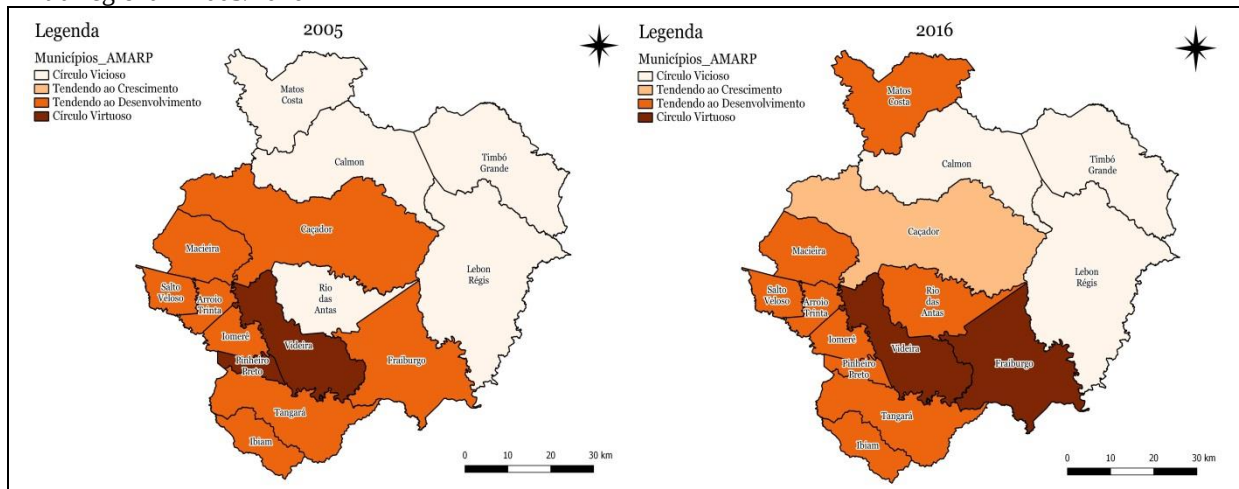
Essas disparidades no desenvolvimento dos municípios estudados se devem ao dinamismo de suas economias, com aqueles municípios com ramos produtivos mais vinculados aos setores secundário e terciário apresentando níveis de desenvolvimento mais elevados. Por outro lado, aqueles municípios cujas economias são mais focadas no setor primário são, em geral, menos desenvolvidos. O que significa que as economias que não expandem seus ramos produtivos, principalmente os mais dinâmicos, não crescem e não se desenvolvem, deixando clara a estreita relação entre crescimento e desenvolvimento, que apesar de serem processos diferentes são complementares, fazendo com que o crescimento seja condição indispensável para o desenvolvimento (RIPPEL, 2022).

Em 2005 a dimensão emprego & Renda teve peso significativo na constituição dos IFDMs municipais. Já em 2016 as dimensões Saúde e Educação foram as mais determinantes, significando que em determinados municípios da região as políticas públicas de saúde e educação foram mais eficazes. A dimensão Emprego & Renda do IFDM médio regional foi menor em 2016 (0,6767) do que em 2005 (0,7604). Essa queda foi causada pela ruína no mercado de trabalho, provocada pela crise econômica iniciada em 2014, que fechou quase 3 milhões de postos de trabalho formal no país em 2015 e 2016 (IFDM, 2023). Ressalta-se ainda, que Santa Catarina é caracterizada por elevada desigualdade de renda entre as regiões e entre os municípios, principalmente no Oeste do estado, onde estão os municípios analisados (NEVES et.al., 2015).

As desigualdades de renda (NEVES, et. al., 2015) e as desigualdades nos investimentos públicos (RAIHER, 2013) têm impactado diretamente nos níveis de crescimento e de desenvolvimento do estado catarinense como um todo e, conseqüentemente, dos municípios integrantes da região da AMARP. Essas desigualdades fazem com que os efeitos propulsores do desenvolvimento sejam fracos em alguns municípios do estado, que devido à baixa renda e

à falta de investimentos públicos leva ao que Myrdal (1957) denominou de “causação circular cumulativa”, que quando não controlada tende a provocar crescentes desigualdades intra e inter-regionais, consolidando uma situação de prosperidade em alguns municípios e de pobreza em outros.

Figura 04 - Distribuição espacial dos municípios da AMARP por condição de desenvolvimento pela abordagem intrarregional - 2005/2016



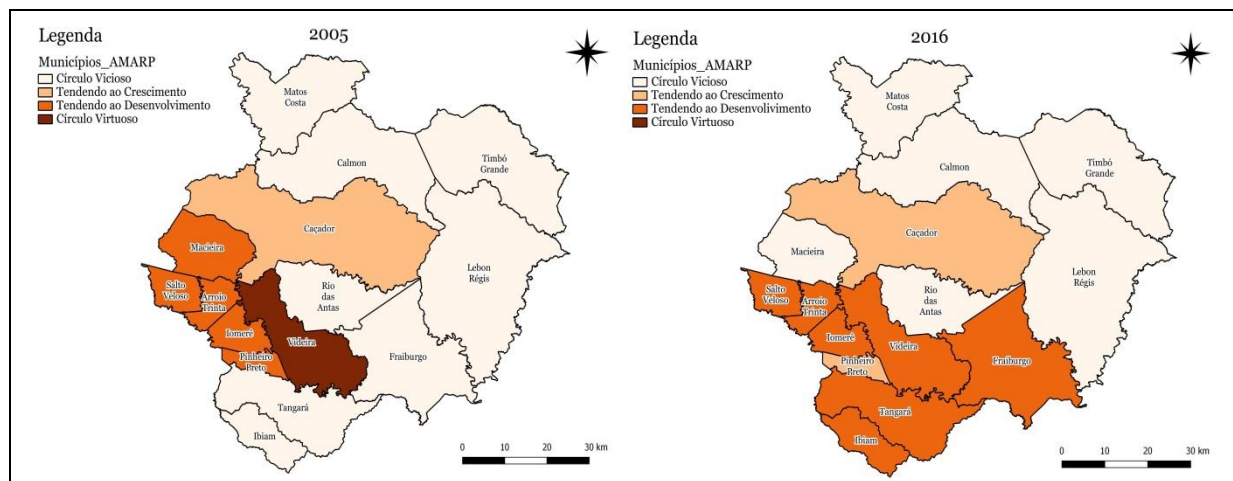
Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Todavia, é importante lembrar que a presença de várias indústrias em alguns municípios da região, como é o caso da indústria frigorífica, de rações, de embalagens de material plástico, entre outras em Videira; da indústria da madeira, de móveis de madeira, de embalagens de material plástico, etc. em Caçador; além de várias indústrias de menor expressão espalhadas por outros municípios da região, como é o caso da indústria do vinho em Pinheiro Preto, da indústria do papel, celulose e embalagens de papel em Tangará e Fraiburgo, são exemplos de indústrias que geram uma série de encadeamentos produtivos que segundo Hirschman (1958) criam as condições necessárias para que algumas regiões e/ou municípios alcancem o desenvolvimento.

A Figura 05 mostra a distribuição espacial dos municípios da região da AMARP por condição de desenvolvimento, quando analisados pela ótica da abordagem inter-regional. Como se percebe, a pesar de ter havido aumento dos municípios na condição de *tendendo ao desenvolvimento* e diminuição dos municípios na condição de *círculo vicioso*, a situação geral dos municípios apresentou pouca evolução no período, significando que as políticas públicas de desenvolvimento regional adotadas no estado provocaram mais concentração do que dispersão do desenvolvimento.

Como já destaco anteriormente, as dimensões Saúde e Educação foram determinantes na constituição dos IFDMs municipais em 2016. Entretanto, a média estadual da dimensão Saúde foi 0,8785 e da dimensão Educação 0,8535, contra 0,7972 e 0,8181, respectivamente, dessas mesmas dimensões pela ótica da abordagem intrarregional, indicando a persistência de concentração regional do desenvolvimento em Santa Catarina em 2016. Essa concentração pode estar associada à expansão dos polos industriais em algumas regiões do estado (caso dos polos de Joinville, Blumenau, Criciúma, Jaraguá do Sul e outros), que segundo Perroux (1955), explica os diferentes níveis de crescimento e de desenvolvimento entre as regiões.

Figura 05 - Distribuição espacial dos municípios da AMARP por condição de desenvolvimento pela abordagem inter-regional - 2005/2016



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Para Raiher (2013), essas disparidades podem estar associadas também às discrepâncias regionais em termos de investimentos públicos, os quais têm sido concentrados no estado. Para a autora, além desses investimentos não serem distribuídos de forma homogênea entre as regiões, há discrepância na distribuição desses recursos dentro das próprias regiões, em que alguns municípios recebem mais recursos do que outros. Já para Trovão e Araújo (2019), tais desigualdades podem estar vinculadas ainda ao dinamismo do mercado de trabalho durante a década de 2000, à capacidade de absorção do crescimento populacional pelas economias regionais e à capacidade do Estado em ampliar as políticas públicas. A junção desses fatores pode ter contribuído para piorar a distribuição de renda, assim como para aumentar as desigualdades tanto intra quanto inter-regionais em Santa Catarina, em termos de desenvolvimento.

5. Conclusão

Este artigo analisou a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, em Santa Catarina, no período 2005-2016. O indicador utilizado na análise foi o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Inicialmente, analisou-se a dinâmica da população, do emprego por grandes setores e do IFDM dos municípios. Na sequência, foram feitas duas comparações: uma do IFDM de cada município da região em relação à média regional do IFDM (abordagem intrarregional), e outra do IFDM de cada município da região em relação à média estadual do IFDM (abordagem inter-regional). Para tal, os municípios foram categorizados como: a) *tendendo crescimento*; b) *tendendo ao desenvolvimento*; c) *círculo vicioso* (subdesenvolvido); e d) *círculo virtuoso* (desenvolvido).

De modo geral, os resultados mostram que os municípios da região da AMARP são bastante heterogêneos em termos de área geográfica, estrutura produtiva, tamanho da população, geração de emprego e condição de desenvolvimento. Mostram também, que a condição de desenvolvimento dos municípios é mais perceptível quando analisados pela ótica da abordagem intrarregional, ou seja, quando o IFDM do município é comparado com a média regional do IFDM. Já quando analisados pela ótica da abordagem inter-regional, em que o IFDM municipal é comparado com a média estadual do IFDM, percebe-se a existência de intensas desigualdades na região estudada, indicando haver concentração espacial do desenvolvimento em Santa Catarina.

Tais desigualdades estão associadas ao perfil setorial das economias regionais e pelas políticas públicas de desenvolvimento de alcance geral adotadas pelas esferas federal e estadual, que muitas vezes estão descoladas da realidade local, as quais acabam contribuindo mais para o aprofundamento das desigualdades regionais do que para sua redução. Assim, aqueles municípios com economias mais consolidadas e com maior independência financeira são os que conseguem maior autonomia para elaborar suas políticas de desenvolvimento. Na região AMARP, enquadram-se neste perfil os municípios de Caçador, Videira e Fraiburgo, que devido à maior dinâmica de suas economias em relação às economias dos demais municípios da região, conseguem oferecer à população produtos e serviços mais diversificados e de melhor qualidade.

Por outro lado, aqueles municípios mais especializados em poucas atividades produtivas, especialmente do setor primário, e com poucos recursos financeiros para elaborar suas políticas de desenvolvimento, acabam se valendo dos produtos e serviços oferecidos pelos municípios mais desenvolvidos para atender suas necessidades locais. Este é caso dos municípios de Calmon, Lebon Régis e Timbó Grande, que se mantiveram na condição de *círculo vicioso* pelas duas abordagens analisadas, deixando explícita a existência de uma condição de subdesenvolvimento que se realimenta constantemente em seus territórios, que devido ao estado de fragilidade econômica que se encontram, não conseguem promover o progresso social de suas populações.

Sendo assim, a implementação de políticas públicas que busquem contemplar as potencialidades e especificidades de cada região e/ou município apresenta-se como alternativa para alavancar o desenvolvimento e amenizar as desigualdades intra e inter-regionais no estado. Nesse sentido, o Estado como agente formulador de políticas públicas tem o papel de promover, instrumentalizar e orientar a população envolvida, proporcionando condições que conduzam as múltiplas dimensões (econômicas, sociais, culturais, ambientais, etc.) para o desenvolvimento. Tais ações são fundamentais para romper com o *círculo vicioso* de subdesenvolvimento de regiões e/ou municípios que se encontram nessa condição, melhorando seus perfis socioeconômicos.

Como sugestão para estudos futuros, espera-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas com a mesma metodologia utilizando-se de outros recortes temporais e geográficos, com o intuito de entender a dinâmica do desenvolvimento em outras regiões do estado. Espera-se também, que novas pesquisas sejam realizadas no sentido de identificar a dinâmica dos problemas econômicos, sociais, institucionais, políticos, ambientais, entre outros, dos municípios da AMARP com indicadores socioeconômicos ruins, sem, no entanto, se descuidar das particularidades e singularidades locais, para que novas estratégias de desenvolvimento possam ser adotadas nesses municípios.

6. Referências

ALVES DE JESUS, J.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.17, n.32, p.935-952, 2015.

ALVES, L. R. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. **Informe GEPEC**, v.26, n.2, p.9-29, 2022.

BOUDEVILLE, J. **Los espacios economicos**. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

CARDOSO, F. G. **O círculo vicioso da pobreza e a causação circular cumulativa**: retomando as contribuições de Nurkse e Myrdal. Informações Fipe: temas de economia

aplicada, 2012. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/312374481_O_Circulo_Vicioso_da_Pobreza_e_a_Causacao_Circular_Cumulativa_Retomando_as_Contribuicoes_de_Nurkse_e_Myrdal>.

Acesso em: 23 mar.2023.

CORRÊA, A. S.; BIDARRA, Z. S.; PIFFER, M. Desigualdades e Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2005 e 2013. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.15, n.2, p.164-173, 2019.

CORRÊA, A. S.; DUARTE, V. N. Desenvolvimento socioeconômico nos municípios catarinenses: o que mostram os indicadores? **Redes**, v.27, p.1-19, 2022.

DUARTE, V. N. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.17, n.31, p.194-205, 2015.

DUARTE, V. N. **Diversificação produtiva e desenvolvimento regional**: o caso de Mato Grosso do Sul. 2022. 295 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

FERRERA DE LIMA, J. As disparidades regionais na fronteira sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.15, n.5, p.128-137, 2019.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE - **Áreas Territoriais 2020**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?edicao=30133&t=downloads>>. Acesso em: 23 mar. 2023a.

IBGE - **Estimativas das populações residentes, em 01.07.2005, segundo os municípios**.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=31451&t=downloads>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

IBGE - **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2011**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=31451&t=downloads>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

IBGE - **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=31451&t=downloads>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

IBGE - **PIB per capita 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2023b.

IBGE - **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 17 mar.2023.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). Disponível em:

<<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO. **La dinámica del desarrollo humano regional**. 2002. Disponível em:

<http://www.centrodesarrollohumano.org/pmb/opac_css/index.php?lvl=notice_display&id=>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MARQUES, V. M.; DIAS, L. C. Associação de municípios em Santa Catarina: da gênese à consolidação. **Geosul**, v.18, n.36, p.29-53, 2003.

MEDEIROS, B. T.; DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B. O círculo vicioso da pobreza: análise da estratégia do Programa Bolsa Família nos municípios do Corede do Vale do Rio Pardo. **Revista Grifos**, v.26, n.42, p.47-75, 2017.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NEVES, C.; CAMARA, M. R. G.; FILHO, U. A. S.; ESTEVES, E. G. Z.; MARCONATO, M. Análise do índice de Gini nos municípios de Santa Catarina em 2000 e 2010: uma abordagem exploratória de dados espaciais. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v.9, n.2, p.209-227, 2015.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PERROUX, F. Note sur la notion de Pôle de Croissance. **Économie Appliquée**, v.7, p.307-320, 1955

RAIHER, A. P. Desenvolvimento econômico dos municípios de Santa Catarina e a ação do Estado. **Gestão & Regionalidade**, v.29, n.86, p.4-18, 2013.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento Humano Municipal no Sul do Brasil: evolução recente e círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, v.36, n.2, p.147-154, 2014.

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Vínculos de emprego**.

Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

RIPPEL, R. Toledo no Paraná: 75 anos de transformações econômicas e demográficas - 1946-2021. **Informe GEPEC**, v.26, n.3, p.81-101, 2022.

RODOLFO, F. **Santa Catarina: desenvolvimento, desigualdades regionais e ação do estado no início do século XXI**. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Economia) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TROVÃO, C. J. B. N; ARAÚJO, J. B. Desigualdades brasileiras nos anos 2000: uma abordagem multidimensional. **Geosul**, v.34, n.70, p.56-86, 2019.



Apêndice 01 - Emprego formal por grandes setores de atividade econômica dos municípios da região da AMARP - 2005, 2008, 2012 e 2016.

MUNICÍPIOS	Gr Setor	2005	2008	2012	2016
ARROIO TRINTA	Total	670	789	850	804
	Indústria	146	199	191	213
	Construção Civil	25	68	60	29
	Comércio	119	121	125	126
	Serviços	342	349	421	376
	Agropecuária	38	52	53	60
CAÇADOR	Total	20.483	20.455	22.632	23.551
	Indústria	10.060	9.482	10.726	11.456
	Construção Civil	195	306	397	285
	Comércio	2.587	3.186	3.853	3.619
	Serviços	5.312	5.725	6.340	6.965
	Agropecuária	2.329	1.756	1.316	1.226
CALMON	Total	454	327	430	417
	Indústria	11	13	18	12
	Construção Civil	0	0	9	4
	Comércio	19	12	45	38
	Serviços	222	102	149	145
	Agropecuária	202	200	209	218
FRAIBURGO	Total	9.062	9.371	9.521	8.393
	Indústria	1.562	2.115	2.550	1.907
	Construção Civil	104	160	129	201
	Comércio	1.890	1.703	1.844	1.722
	Serviços	1.984	1.772	2.140	2.202
	Agropecuária	3.522	3.621	2.858	2.361
IBIAM	Total	238	339	188	232
	Indústria	130	202	39	35
	Construção Civil	0	0	1	19
	Comércio	10	22	14	14
	Serviços	90	102	118	146
	Agropecuária	8	13	16	18
IOMERÊ	Total	378	427	648	703
	Indústria	99	60	143	219
	Construção Civil	0	2	20	12
	Comércio	29	49	61	67
	Serviços	106	129	187	229
	Agropecuária	144	187	237	176
LEBON RÉGIS	Total	1.623	1.653	1.776	1.767
	Indústria	197	178	309	165
	Construção Civil	0	2	2	4
	Comércio	219	205	220	235
	Serviços	514	451	437	462
	Agropecuária	693	817	808	901
MACIEIRA	Total	292	313	193	318
	Indústria	70	80	34	79
	Construção Civil	0	0	0	9
	Comércio	13	19	19	25
	Serviços	157	142	98	121
	Agropecuária	52	72	42	84
MATOS COSTA	Total	390	553	486	508
	Indústria	96	32	109	142
	Construção Civil	1	0	2	4
	Comércio	15	17	33	41
	Serviços	259	277	199	211
	Agropecuária	19	227	143	110
PINHEIRO PRETO	Total	686	799	1.051	1.198
	Indústria	409	453	589	700
	Construção Civil	3	2	3	3
	Comércio	25	59	66	67
	Serviços	150	166	246	326
	Agropecuária	99	119	147	102
RIO DAS ANTAS	Total	997	1.169	1.164	1.197
	Indústria	454	428	512	404
	Construção Civil	0	9	0	8
	Comércio	76	70	130	102
	Serviços	245	257	271	280
	Agropecuária	222	405	251	403
SALTO VELOSO	Total	1.169	1.384	1.411	1.372
	Indústria	671	724	797	787
	Construção Civil	9	51	67	26
	Comércio	110	158	195	155
	Serviços	301	328	281	325
	Agropecuária	78	123	71	79
TANGARÁ	Total	1.477	1.843	2.034	2.183
	Indústria	641	878	1.081	1.142
	Construção Civil	27	19	14	5
	Comércio	268	265	307	353
	Serviços	383	511	490	549
	Agropecuária	158	170	142	134
TIMBÓ GRANDE	Total	1.03	935	1.384	1.479
	Indústria	580	521	699	904
	Construção Civil	0	0	4	2
	Comércio	82	95	94	91
	Serviços	364	233	448	426
	Agropecuária	4	86	139	56
VIDEIRA	Total	15.184	17.03	19.297	19.297
	Indústria	6.808	2.851	4.811	5.085
	Construção Civil	800	1.115	1.327	829
	Comércio	2.748	3.374	3.956	3.823
	Serviços	3.789	8.384	8.192	8.536
	Agropecuária	1.039	1.306	1.011	1.024

Fonte: RAIS (2023).